



# XIV ANPED-CO

## XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3018 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)  
GT 02 - História da Educação

A HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL E EM MATO GROSSO (1930-1945)  
Margarita Victoria Rodriguez - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
Paolla Rolon Rocha - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
Hellen Caroline Valdez Monteiro - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

O artigo tem como objetivo analisar a história do ensino primário no Brasil e em Mato Grosso no período da Era Vargas. Por isso traz as legislações do país no período proposto: Constituição de 1934 e 1937, além do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. No âmbito regional abordamos o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. Alguns dos aportes teóricos são: Pandolfi (1999), Saviani (2005), Ferreira (2006). O resultado mostra a contradição nas ações estatais como ponto de equilíbrio entre as classes subalternas e a imediata necessidade de desenvolvimento econômico mediante a sustentação de um regime centralizador. Ao mesmo tempo em que educar as massas era resposta às suas próprias exigências enquanto classe, esta era utilizada como estratégia do governo para sustentar a política de então.

**Palavras-Chave:** 1) Ensino Primário; 2) Era Vargas; 3) Mato Grosso; 4) História da Educação.

### INTRODUÇÃO

O artigo aborda a questão do ensino primário no Brasil e no Mato Grosso, no período de 1930-1945. Para isso, se discute a história da educação e mais especificamente, a história das instituições escolares, que implica, segundo Saviani (2005, p. 31) compreender o processo de institucionalização da educação como correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho.

Historicamente, no Brasil o processo de institucionalização do ensino primário público teve um caráter seletivo e dualista, porque as escolas eram frequentadas por poucos privilegiados, salvo raras exceções, não se tinha intenção de educar todas as crianças por vários motivos, como falta de recursos, necessidade de mão de obra barata, entre outros. As crianças oriundas da classe trabalhadora necessitavam trabalhar desde cedo para ajudar nas despesas de casa e não existia exigência de mão de obra qualificada.

Porém, a partir das primeiras décadas de século XX, se verificou um intenso debate a respeito da expansão do ensino primário destinados a todos os habitantes do país, e em especial, para os filhos das camadas médias e dos trabalhadores. Este fenômeno se intensificou a partir dos anos 1930, como consequência da urbanização e as demandas do aparelho produtivo que exigia uma força de trabalho qualificada para se inserir nas atividades industriais, comerciais e da burocracia estatal.

A seguir no primeiro tópico do artigo aborda-se o processo histórico da institucionalização legal do ensino primário no Brasil (1930-1945) e o segundo tópico sobre a história do ensino primário no Mato Grosso (1930-1945).

#### 1 HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL (1930-1945)

A economia do país durante a Primeira República (1889-1930) se sustentava na agricultura, sendo o principal produto o café, que era o item mais vendido para outros países. São Paulo era um

dos estados mais ricos da federação, pois tinha mais fazendas que exportavam café, além de ter uma maior participação no cenário político nacional naquele período. A economia cafeeira contribuiu no desenvolvimento capitalista do país, com a criação de bancos e comércios, e também com o crescimento da população urbana e o transporte.

Em 1930 ocorreu a revolução, que tirou Washington Luís da presidência do país. Diante da força militar, os generais cedem, e Getúlio Vargas é empossado no Governo Provisório (1930- 1934), este, fechou o Congresso e implantou uma ditadura que foi chamada de Estado Novo (1937-1945), entre seus apoiadores estavam os tenentes e a Igreja Católica.

Aponta Ferreira (2006, p. 01-02) que no período ditatorial – que coincidiu em parte com os regimes de Hitler, Mussolini, Franco e Salazar –, Vargas deu continuidade à estruturação de um Estado nacionalista e intervencionista. Tornou-se extremamente popular, foi chamado de “pai dos pobres”, mas em outubro de 1945, após 15 anos de governo, foi deposto.

Em relação à educação, logo que se tornou presidente, Vargas instalou o Ministério da Educação e da Saúde em 1930. Em 1932, foi escrito o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, por 26<sup>1</sup> signatários o principal autor foi Fernando de Azevedo. Seus principais princípios: laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação.

Durante o Governo Provisório, em 1934 foi promulgada a Constituição, e sobre a educação adotou algumas propostas do Manifesto dos Pioneiros. A referida Constituição, apontou a educação como direito de todos e que o ensino primário era gratuito e de frequência obrigatória para todos, incluindo os adultos. Outrossim previa a tendência da gratuidade para o ensino ulterior ao primário, para que se tornasse mais acessivo, além de liberdade de ensino em todos os graus, porém não incluiu a laicidade no ensino, pois o governo precisava do apoio da Igreja.

Em 1937, Getúlio Vargas consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930, quando, pelas armas, assumiu a presidência da República. O golpe de 10 de novembro de 1937, que deu origem ao Estado Novo. Naquele dia, alegando que a Constituição promulgada em 1934 estava “antedatada em relação ao espírito do tempo” (PANDOLFI, 1999, p. 10), Vargas apresentou à Nação nova carta constitucional, baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade. (PANDOLFI, 1999).

Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial. Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica. (PANDOLFI, 1999)

Em 1937, foi outorgada uma nova Constituição, que introduziu no artigo n. 130 uma mudança significativa sobre o ensino primário com relação à gratuidade:

Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (BRASIL, 1937)

Com efeito, o ensino primário continuava gratuito, porém, seria exigido aos alunos no ato da matrícula a declaração de baixa renda, podendo aqueles que não declararem, a obrigação de contribuir com o caixa da escola.

Em 1942 instituiu-se o Fundo Nacional do Ensino Primário que visava à alfabetização da população adulta analfabeta, com sua regulamentação em 1945 estabeleceu que 25% de seus recursos deveriam ser aplicados no Ensino Supletivo. Em 1947, foi instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) que coordenou ações que vinham sendo desenvolvidas no sentido da alfabetização das massas.

Segundo Pandolfi (1999), no campo político, a partir de 1942 teve início o processo de desarticulação do Estado Novo. Certamente o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, aliando-se

por razões de ordem econômica aos Estados Unidos e rompendo com a Alemanha nazista, contribuiu para o enfraquecimento do regime ditatorial. Em novembro de 1945, Getúlio foi deposto da presidência da República.

Durante o longo período que esteve à frente do país, Vargas aprovou várias medidas para melhorar a educação, segundo Palma Filho (2005) a partir do ano de 1942, o Ministro da Educação Gustavo Capanema dá início à publicação de vários decretos-lei. Quatro decretos são editados durante o Estado Novo: a) Decreto-lei 4.073, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial); b) Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), c) Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e d) Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial).

Na questão política Vargas concentrou ao extremo o controle do aparelho estatal, elaborou duas Constituições a de 1934 e a de 1937 e também expandiu a indústria no país, que antes a economia era baseada principalmente no café, instituiu normas que regularam o trabalho. Foram alguns de seus legados.

## **2 HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO NO MATO GROSSO (1930-1945)**

Após a Proclamação da República (1889) até o fim do Estado Novo (1945), Mato Grosso contou com quatro Regulamentos que dispuseram sobre o ensino primário: em 1891, em 1896, em 1910 e em 1927. Esse último denominou-se de Regulamento da Instrução Pública Primária, foi implantado mediante o Decreto nº 759. Determinou que o ensino primário seria gratuito, leigo e obrigatório para as crianças de 7 a 12 anos, porém apenas àquelas que residiam até 2 km da instituição escolar pública. Aqueles que morassem mais distantes das escolas não tinham a obrigação de frequentar as mesmas. (MATO GROSSO, 1927).

As instituições escolares primárias passaram a ser divididas em: 1) escolas isoladas urbanas, localizadas num raio de até 3 quilômetros da sede do município; 2) escolas isoladas rurais, localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município; 3) escolas isoladas noturnas, com as mesmas determinações das duas anteriores, mas voltada para a educação de crianças acima de 12 anos impossibilitadas de frequentarem as escolas diurnas; 4) escolas reunidas, quando funcionavam três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderia reuni-las num só estabelecimento, que receberia a denominação de “escola reunida”; 5) grupos escolares, com no mínimo 8 classes, e criados quando houvesse pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar. (MATO GROSSO, 1927).

No começo do governo de Vargas, a principal produção econômica do estado de Mato Grosso, era a agropecuária, com as políticas de desenvolvimento no período deu início ao processo de industrialização e urbanização no país e cresceu a demanda para a criação de escolas, para atender as necessidades de força de trabalho qualificada para aqueles que trabalhavam nas indústrias e também no comércio. Para tanto, precisavam de uma escola voltada ao trabalho, para que as crianças da classe trabalhadora aprendessem o mínimo para desempenhar atividades técnicas que iriam desenvolver na sociedade produtiva, como ler, escrever e as quatro operações aritméticas.

No governo Vargas (1930-1945), em relação ao número de escolas, segundo Alves (1996, p. 19) o Estado de Mato Grosso contava com 11 grupos escolares, 4 escolas reunidas e 175 escolas isoladas (32 urbanas, 130 rurais e 13 ambulantes). Havia um predomínio de escolas isoladas porque a população do estado estava concentrada em áreas rurais. Segundo Souza (2014, p. 38), essas instituições eram criadas em todas as localidades: “casas de professores, fazendas, áreas ribeirinhas, garimpos [...] em cada lugar onde houvesse crianças em idade escolar, ali também seria criada uma escola isolada mista”. Mas não possuía recursos adequados para o fim educacional, eram improvisadas, e não funcionavam pedagogicamente como os grupos escolares e as escolas reunidas da época.

De 1932 a 1941 houve aumento de 41% de escolas primárias, 70% de alunos matriculados e 700% dos estabelecimentos municipais. Porém ainda não era o bastante para o número de crianças com idade escolar. Em 1940 a população do estado era de 434.265 habitantes, o que contabilizava 6% da população frequentando a escola. (BRASIL, 1942)

Em 1941, implementaram no governo de Júlio Strubing Muller (1937-1945) o Decreto 53, que estabeleceu a criação de 100 escolas rurais, com dezenove escolas denominadas Getúlio Vargas, que se encontravam nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas, Cáceres, Porto Murtinho, Poconé, Ponta Porã, entre outros.

Por mais que a presença estatal de Getúlio Vargas tivesse contribuído para a expansão do Ensino Primário de 1932 à 1941, as principais dificuldades para materialização de instituições bem equipadas, tanto nos aspectos pedagógicos, quanto técnicos, não contavam com o devido financiamento público, além disso faltavam professores normalistas e se verificava ausência de fiscalização das escolas.

Em 1942, o Ministério da Educação e Saúde elaborou um documento que tratava do panorama educacional de Mato Grosso e descrevia a organização do Ensino Primário e Normal no estado, salienta o Regulamento de 1927, quanto à divisão escolar primária, continuou com isoladas rurais, isoladas urbanas, isoladas noturnas, reunidas e grupos escolares. Também destaca que o ensino primário no estado era gratuito e obrigatório para todas as crianças de sete a doze anos. (BRASIL, 1942).

As escolas isoladas em Mato Grosso eram predominantes, mas não recebiam a devida atenção do poder público, funcionavam em locais impróprios, sem estruturas, e reuniam em uma única sala de aula estudantes de diferentes níveis de conhecimento, foram as maiores responsáveis por ofertar o ensino primário no estado.

Enquanto que as escolas reunidas foram as divulgadoras no estado do método simultâneo, onde um professor ensinava o mesmo conteúdo para uma turma de crianças no mesmo nível de adiantamento e em idades próximas uma das outras.

Se compararmos a singularidade de Mato Grosso com São Paulo, onde surgiram os primeiros grupos escolares nos moldes da República, podemos evidenciar algumas peculiaridades: como produtor de matérias- prima proveniente da agricultura e pecuária, Mato Grosso detinha sua maior população nas áreas rurais, e por se tratar de um extenso território não havia como reunir essas pessoas para expansão de instituições de educação pública. Por isso, as escolas isoladas que foram implantadas se caracterizavam pela improvisação tanto na nomeação de professores, bem como a organização das classes e mobiliários eram precários, porque não se destinou recursos suficientes para atender a oferta escolar. Isto marca uma diferença com relação a São Paulo, que teve uma política educacional orientada à expansão escolar com financiamento para contratação docente e manutenção do sistema.

Em São Paulo, polo industrial que recebia mercadorias (provenientes da pecuária e agricultura) produzidas de Mato Grosso, implantou as instituições primárias denominadas “grupos escolares” para alcançar o contingente escolarizável urbano. Houve a tentativa de implantar esse modelo escolar em Mato Grosso, mas devido a sua peculiaridade, não era possível reunir 250 crianças em uma única instituição escolar, por isso até 1937 o número de grupos escolares foi menor. Mas a partir desse ano, superam o número de escolas reunidas, mas ainda o número de escolas isoladas permanece predominante.

Em 1940 haviam 23 grupos escolares e 15 escolas reunidas de acordo com documentação coletada por Gonçalves (2009). Isso pode ser explicado devido ao aumento de matrículas nas escolas reunidas, o que as transformou em “grupos escolares”, mas não equivale dizer que foram construídos novos prédios para abrigar esse tipo de instituição, mas que apenas trocaram suas respectivas denominações.

Segundo Santos (2014) em 1949, o estado contava com 37 grupos escolares, 28 escolas reunidas e 576 escolas isoladas, isso prova que de fato a categoria escolar de ensino primário que esteve presente em maior quantidade eram as escolas isoladas.

Somente em 1952 o estado recebe novo regulamento do Ensino Primário em conformidade com reformas ocorridas no fim do Estado Novo pelo ministro Gustavo Capanema, mas até então se vigorava o Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927.

## **CONCLUSÃO**

Com o avanço do capitalismo (1930-1945), tornou-se necessário que a classe trabalhadora tivesse pelo menos o ensino primário, o que abrange as legislações. Porém no território brasileiro não foi linear o avanço educacional, pois tinham regiões mais ricas (que instalaram as indústrias, comércio e precisavam de força de trabalho qualificada) e regiões mais pobres que sobreviviam apenas da agropecuária e não era tão grande a necessidade de trabalhadores qualificados. Na Era Vargas ocorreu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, a Constituição de 1934 e a Constituição de 1937 e em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário, importante legado para a expansão da instrução pública primária.

Em Mato Grosso, 1932 a 1941 houve aumento de 41% de escolas primárias, 70% de alunos matriculados e 700% dos estabelecimentos municipais. Porém ainda não era o bastante para atender o número de crianças com idade escolar. Em 1942, o documento do Ministério da Educação e Saúde que analisava a instrução pública do Estado de Mato Grosso, salientava o ensino primário gratuito, leigo, obrigatório para as crianças de 7 a 12 anos, as instituições escolares passaram a ser divididas em escolas isoladas urbanas; isoladas rurais; isoladas noturnas; reunidas e grupos escolares. Com o aumento do número de habitantes nas cidades, houve um crescimento da necessidade de trabalhadores para atuar no comércio e indústria, principal motivo para a expansão da escolarização.

## Notas

<sup>1</sup> Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Teixeira, M. Bergström, Lourenço Filho, Roquette-Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mário Casasanta C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle R. Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

## REFERÊNCIA:

ALVES, Laci Maria Araújo. Breve ensaio sobre o processo de expansão escolar em Mato Grosso **Coletâneas do nosso tempo**, Cuiabá-EdUFMT, 1996.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso: 01 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso: 01 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Organização do Ensino Primário e Normal XVIII Estado de Mato Grosso**. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Boletim n.º 22 – 1942.

FERREIRA, M.de M.. **Getúlio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 16f.

GONÇALVES, Arlene da Silva. **Os Grupos Escolares no Estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional**: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910 - 1950). 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2009.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso**. Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A educação brasileira no período 1930 a 1960: A Era Vargas Pedagogia Cidadã**. São Paulo: PROGRAD/UNESP, Santa Clara Editora, 2005, p.61-74.

Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>>. Acesso: 01 out. 2017.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Novo Estado**. In: PANDOLFI, Dulce. Apresentação. Rio de Janeiro:

Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 9-14. Disponível em:  
<[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/142.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf)>, Acesso 16 maio 2018.

SANTOS, E. C. R. dos. **Escolas Reunidas: Na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)**. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

SAVIANI, D. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação** - nº. 4 - jan./dez. 2005.

SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval. (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 101- 152.